

O Setor Bancário brasileiro, as Finanças Verdes e a responsabilização de quem financia

Audiência Pública - junho de 2019

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Murilo Portugal - Presidente

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

Missão

Contribuir para o desenvolvimento sustentável do País, representando seus associados e buscando a melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade

Representatividade

119 instituições financeiras associadas
98% dos ativos e 97% do patrimônio líquido do setor

Governança para Sustentabilidade

Diretoria Executiva

Diretoria de Sustentabilidade e Marketing

29 bancos

Comissão de Sustentabilidade

ABRAPP

ANBIMA

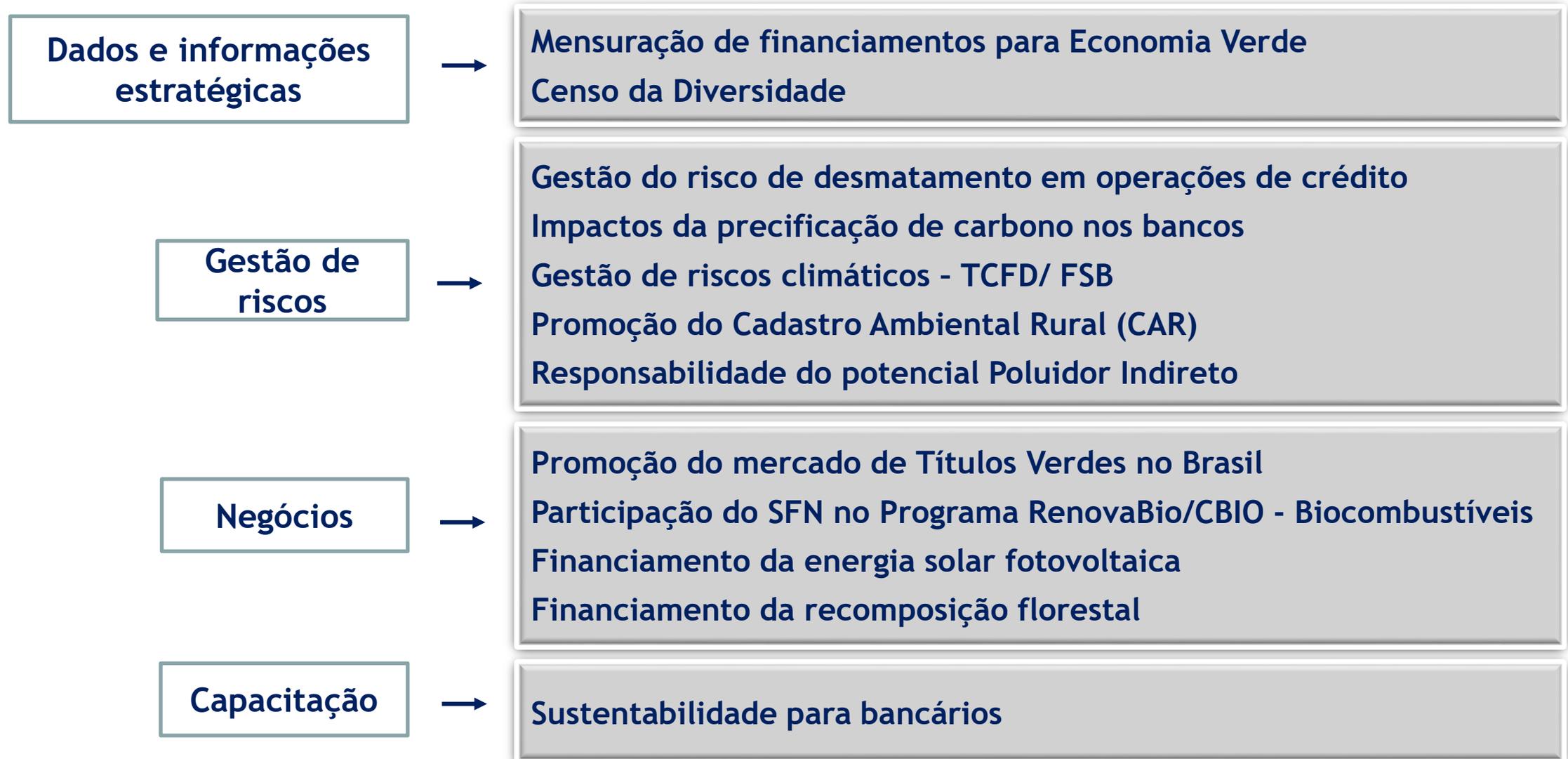
[B]³ BRASIL BOLSA BALÇAO

CNseg

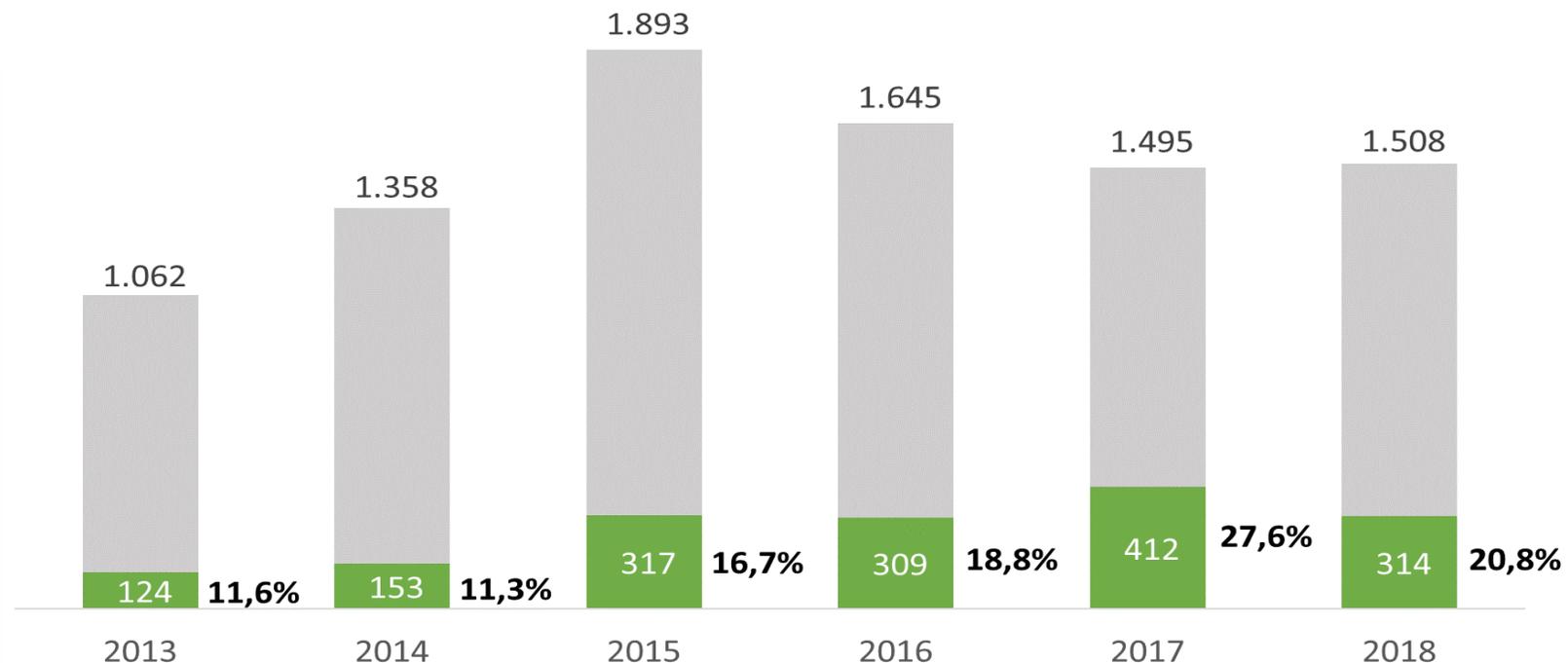
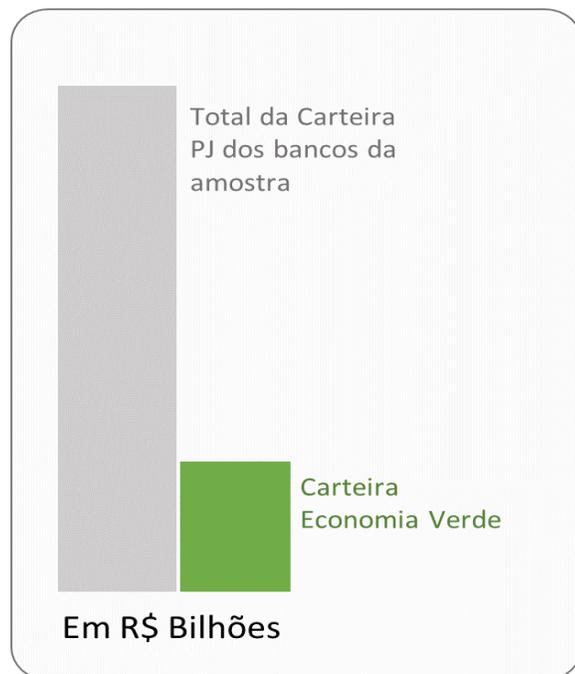
FEBRABAN

Comissão Intrasetorial de Sustentabilidade

Atuação em Finanças Verdes no âmbito setorial



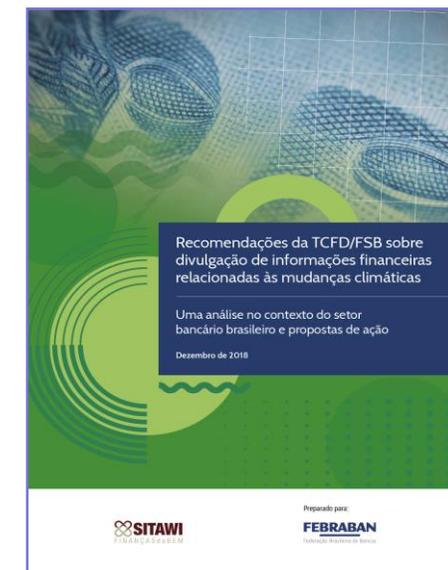
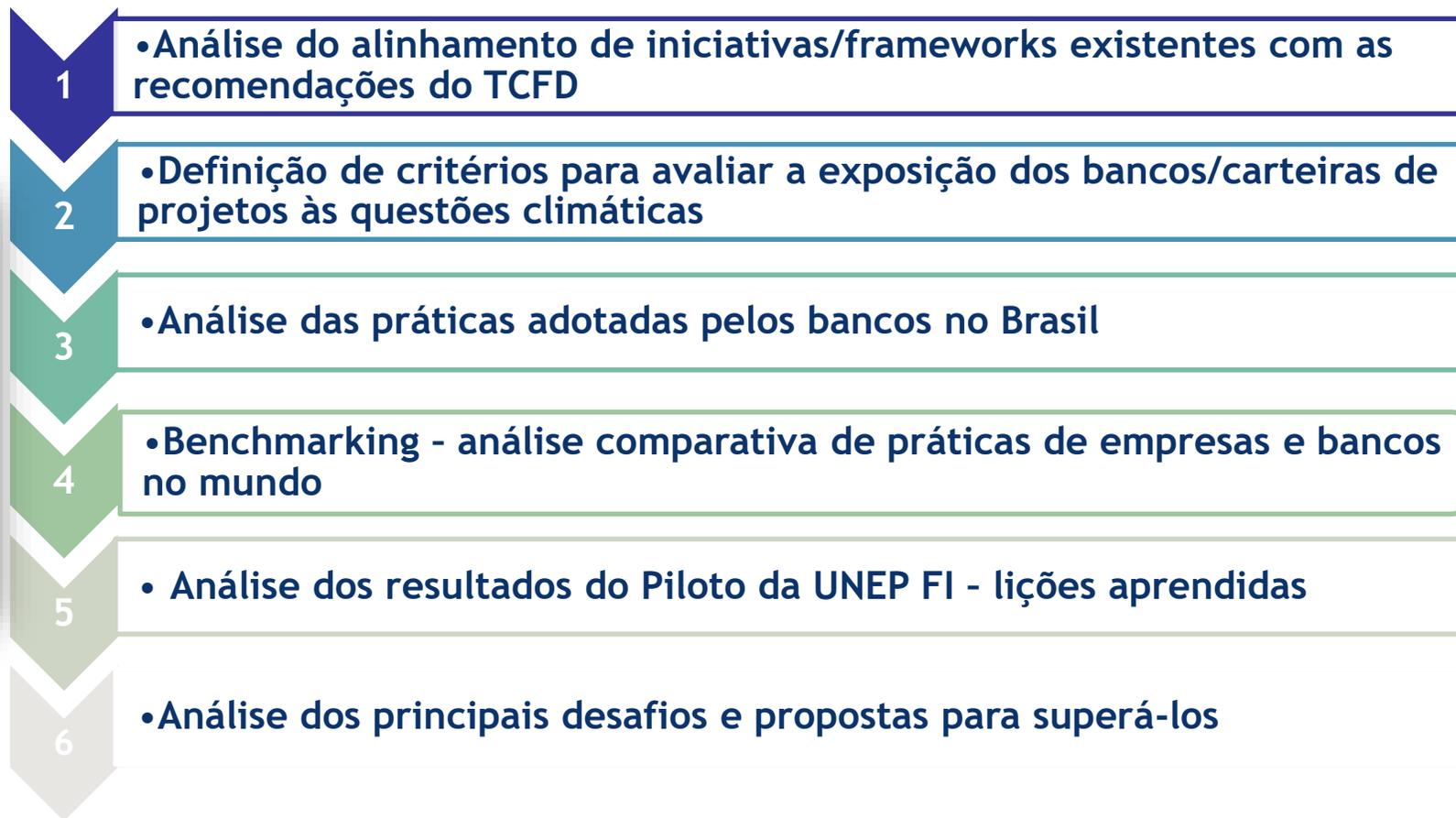
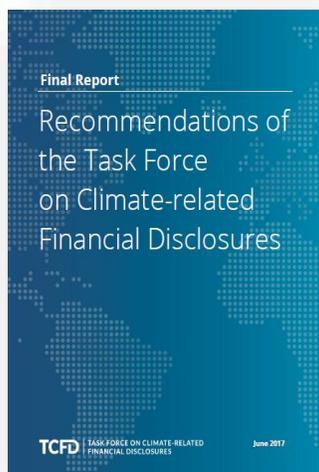
Financiamentos bancários para a Economia Verde



Em 2018, os financiamentos para empresas concedidos pelos 15 bancos participantes atingiram R\$ 1.508 Bi e representaram 85,5% do total dos financiamentos do setor bancário para PJ.

Destes recursos, 20,8% foram destinados a setores classificados como Economia Verde.

Divulgação de informações sobre riscos climáticos - TCFD/FSB

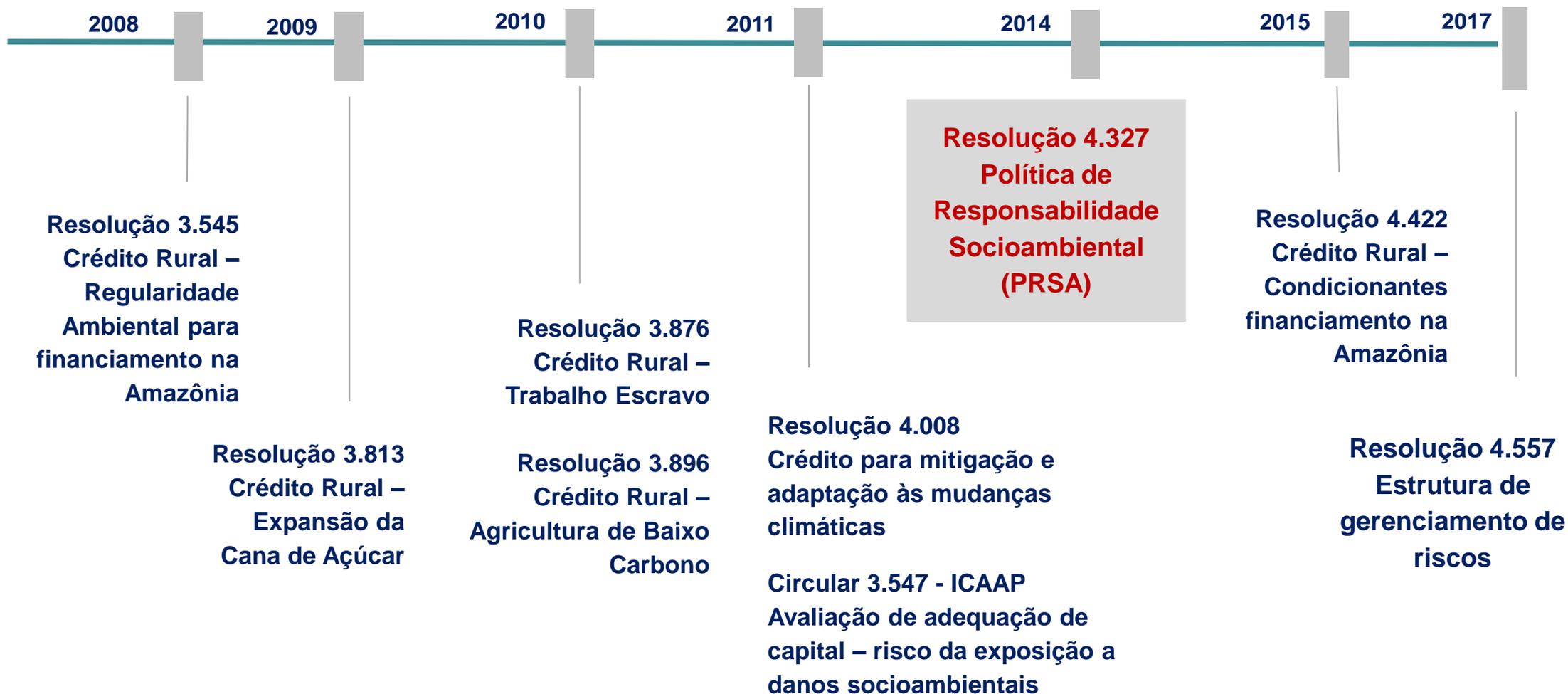


Roadmap com recomendações para os bancos e para a FEBRABAN

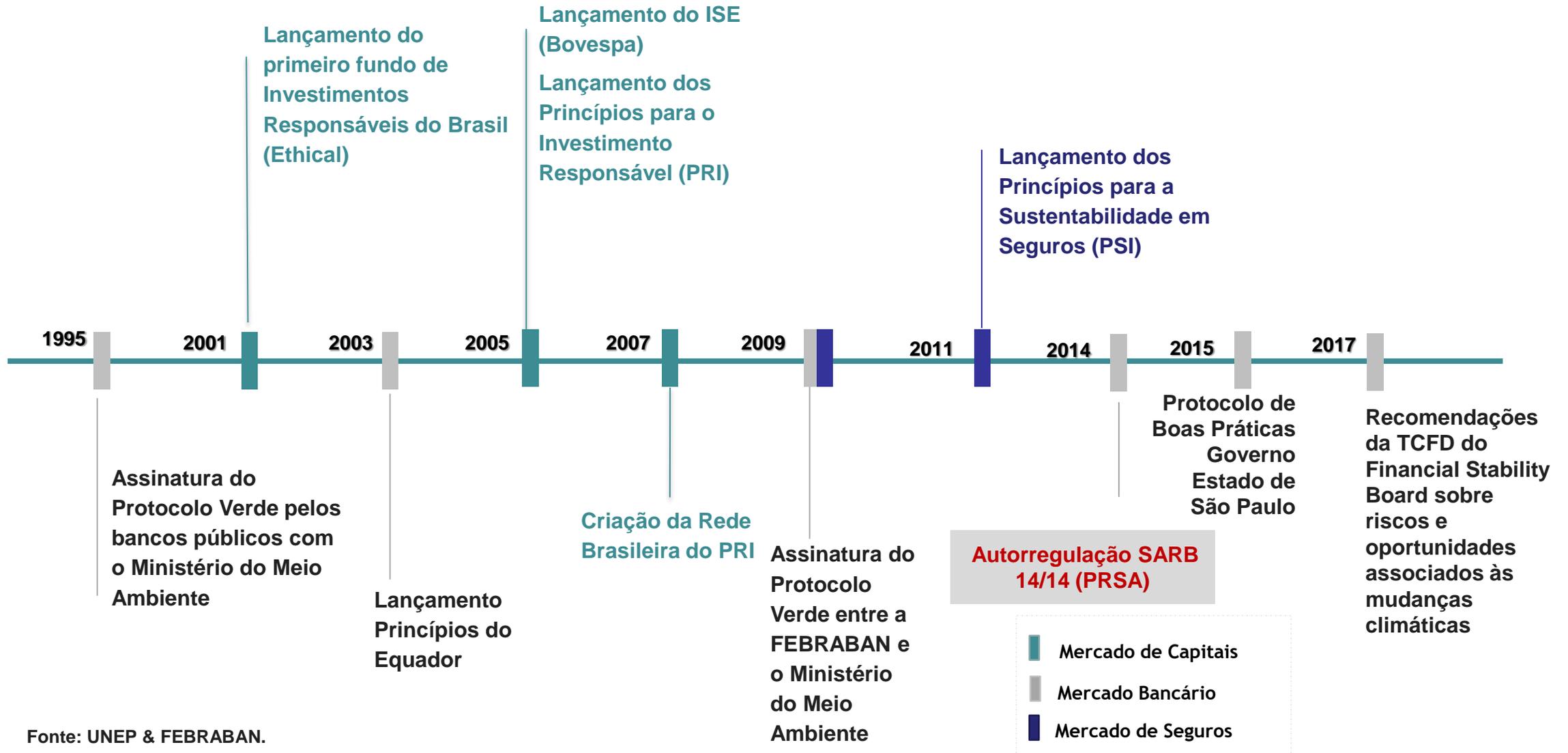
Legislação brasileira para a proteção ambiental



Regulação socioambiental do Banco Central do Brasil



24 anos de iniciativas e acordos voluntários



Fonte: UNEP & FEBRABAN.

Responsabilidade civil ambiental de potenciais poluidores indiretos

Análise internacional: responsabilidade ambiental do Poluidor Indireto

Dentre os países avaliados, o Brasil possui o regime jurídico com maior rigidez sobre a figura e alcance da responsabilidade do poluidor indireto

Países analisados

1. Alemanha
2. Argentina
3. Austrália
4. **Brasil**
5. Canadá
6. Chile
7. China
8. EUA
9. França
10. Índia
11. México
12. Reino Unido

Elementos considerados

- Terminologia ambiental
- Natureza da responsabilidade ambiental e solidariedade
- Responsabilidade civil ambiental do poluidor indireto
- Atuação do Banco Central no campo socioambiental

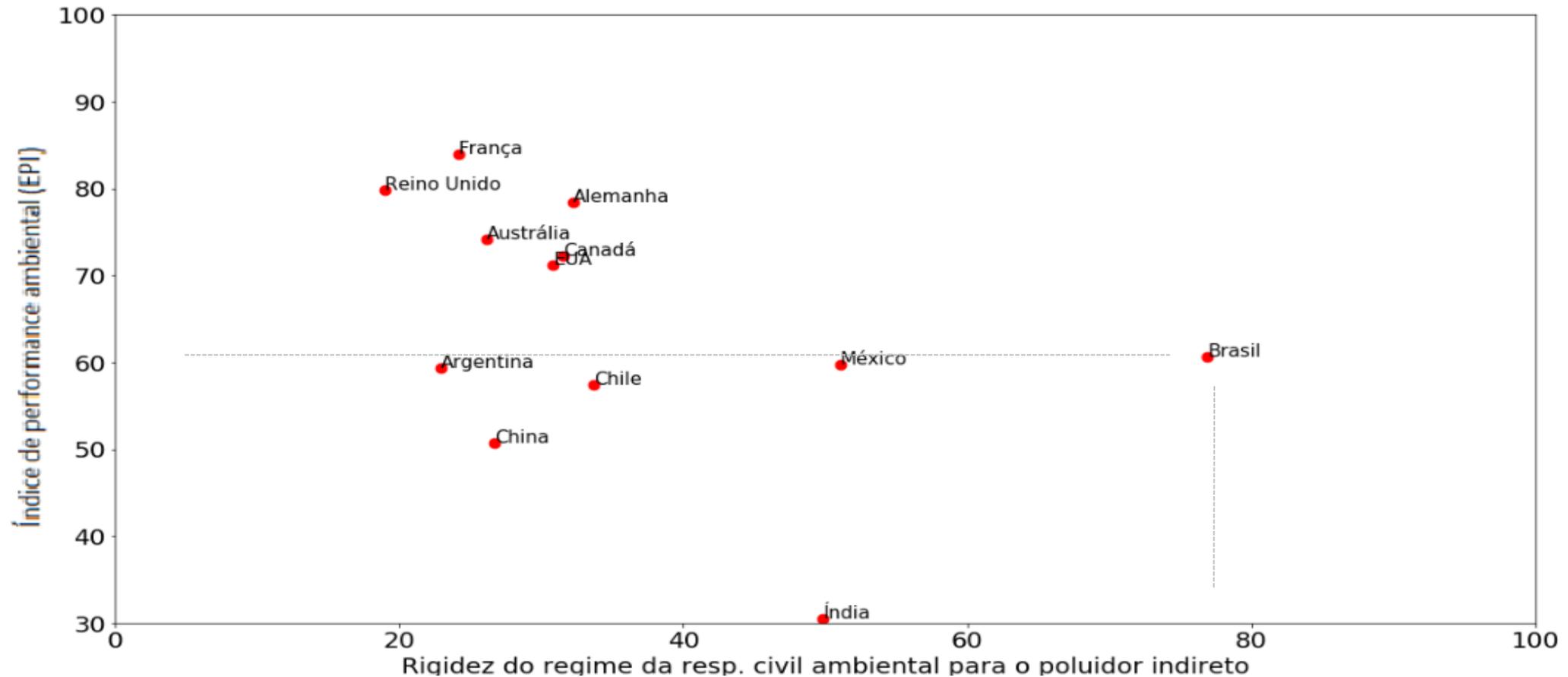
Escritório responsável pelo estudo

Rennó, Penteado, Reis & Sampaio
— ADVOGADOS —

Escritórios parceiros:



Rigidez do regime de responsabilidade civil ambiental não se traduz em melhor desempenho ambiental



Nota: Desempenho ambiental de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental - *Environmental Performance Index* das Universidades de Yale e Columbia. <https://epi.envirocenter.yale.edu/> (período compreendido entre 2006 e 2018)

STJ, Recurso Especial n. 650.728-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 23/out./2007, DJe 2/dez./2009

“Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficiou quando outros fazem.”

Ações judiciais contra os bancos - casos práticos

Bocaiúva do Sul (Curitiba/PR) - 4.655 ações individuais indenizatórias

Objeto: condenação dos réus ao pagamento de indenização no valor de 150 salários mínimos corrigidos e acrescidos de juros de mora desde a data do evento (21.05.1998) por dano moral decorrente dos danos causados pela exploração de mineração na região e exposição dos autores à contaminação por chumbo. Banco incluído como réu por ter financiado a mineradora.

Status: ações suspensas aguardando julgamento da ACP sobre o mesmo objeto.

Belo Horizonte/MG - ACP movida Ministério Público de Minas Gerais

Objeto: condenação de dois motoristas e do Banco Itauleasing, quanto proprietário de dois caminhões que transportavam carvão ilegal flagrado pelo IBAMA. Pedido: recolhimento ao Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos Lesado de R\$ 1 milhão referente por danos ambientais, R\$ 200 mil por dano moral coletivo e indisponibilidade dos caminhões.

Status: ação julgada improcedente. Caso encerrado.

Ausência de delimitação legal sobre a responsabilidade ambiental de quem financia causa insegurança jurídica

- Possibilidade de um banco financiar uma atividade e dela decorrer um dano ambiental, mesmo em função de caso fortuito ou força maior, e o mesmo ser chamado a repará-lo, ainda que tenha agido de forma diligente na concessão do crédito e observado a legislação vigente
- Esse cenário não permite às instituições financeiras mensurarem o risco decorrente da operação, elemento essencial em qualquer atividade de intermediação
- A dificuldade na precificação do risco pode propiciar o aumento do custo do crédito

Sugere-se inserir na nova Lei de Licenciamento Ambiental

“Art. X. Nas suas atividades de empréstimos, financiamento e investimento, as entidades governamentais de fomento e as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, somente responderão por dano ambiental se comprovados dolo ou culpa, bem como a relação de causalidade entre sua conduta e o dano causado, sendo responsáveis subsidiariamente por reparar o dano para o qual tenham contribuído, no limite da sua contribuição para a existência do referido dano.”

O texto proposto não exime os bancos de suas obrigações, porém:

- Estabelece a necessidade de comprovação do nexo de causalidade entre a conduta do poluidor indireto e o dano efetivamente causado, permitindo a este demonstrar que, se agiu prudentemente, no estrito cumprimento do seu dever legal, não há razão para ser chamado a reparar o dano
- Ao delimitar o risco da instituição financeira diligente, aumenta-se a proteção ao meio ambiente conforme preceitua o artigo 225 da Constituição Federal, uma vez que se incentiva os bancos a adotarem diligências ambientais na concessão do crédito, ao mesmo tempo em que estimula os tomadores a adotarem melhores práticas ambientais, já que só assim terão acesso ao crédito

Bancos não causam os danos, mas financiam, por exemplo, a compra de equipamentos, insumos ou mesmo projetos que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. **A utilização inadequada desses recursos pelo financiado não pode resultar em responsabilidade objetiva e solidária, sem que se verifique se houve efetiva contribuição dos bancos para o dano ambiental**

A responsabilidade ambiental de quem financia, em síntese

- O Brasil possui regime jurídico com maior rigidez sobre a figura e alcance da reponsabilidade de poluidor indireto
- A rigidez do regime de responsabilidade civil ambiental não se traduz em melhor desempenho ambiental
- A teoria aplicável à responsabilidade civil ambiental do poluidor indireto ainda está indefinida na jurisprudência nacional
- Observou-se uma tendência de valorização do nexo de causalidade como requisito para a condenação do poluidor indireto e uma preferência pela teoria do risco criado
- Ao delimitar a responsabilidade da instituição financeira diligente, aumenta-se a proteção ao meio ambiente e o incentivo para que bancos e empreendedores adotem diligências ambientais e boas práticas
- Os bancos não fogem da responsabilidade sobre atos causados por sua ação direta em desacordo com as leis, mas não devem ser responsabilizados por danos provocados por terceiros, em relação aos quais não contribuíram nem direta nem indiretamente, quando comprovam ter cumprido com seu dever de diligência ambiental na concessão de crédito

Obrigado!

www.febraban.org.br
sustentabilidade@febraban.org.br

Anexos

**Exemplos de iniciativas em Finanças Verdes
no âmbito setorial**

Sistema de autorregulação bancária (SARB)

SARB 14/14 - Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)



**AUTORREGULAÇÃO
BANCÁRIA**

Compromisso com a excelência

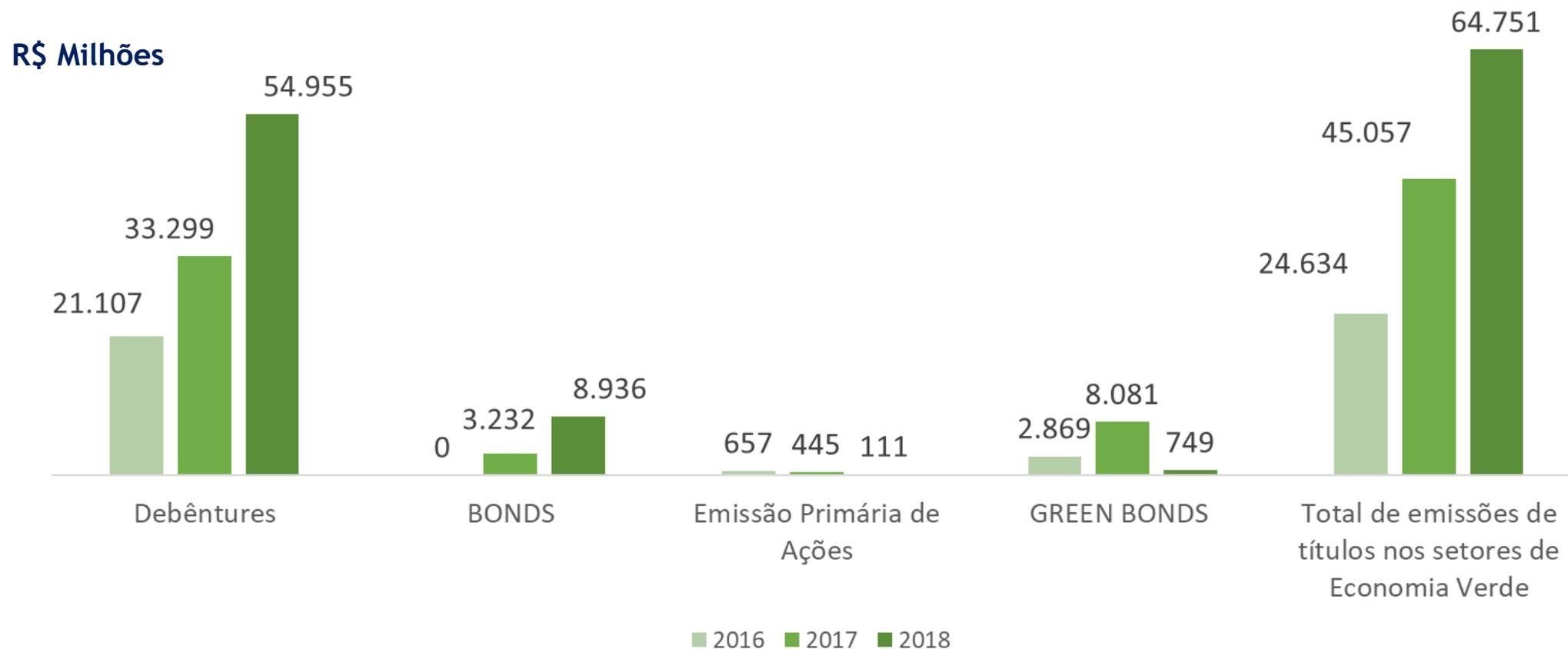
FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Objetivos

- **Demonstrar diligência e comprometimento das instituições financeiras na avaliação de impactos socioambientais em suas operações e atividades**
- **Definir patamar mínimo de procedimentos e práticas evitando disparidades na concorrência**
- **Instrumentalizar procedimentos para a análise de risco socioambiental nas atividades e operações das instituições**

Bonds, ações e debêntures emitidos por setores da Economia Verde



Em 2018 a participação dos setores da EV no total de emissões* representou 37,4% de R\$ 173 Bi

*Considera ofertas primárias de ações, colocação de debêntures que representam dinheiro novo e *bonds* convertidos na data da liquidação da oferta, não sendo considerados os emitidos pelo Tesouro Nacional

Gestão de riscos de desmatamento

Setor produtivo

Setor financeiro

Identificação das exigências legais e regulatórias



Mapeamento de cadeias produtivas e das práticas de gestão do risco de desmatamento adotadas por empresas/clientes dos bancos*

←
Análise e recomendações para aperfeiçoar a gestão do risco de desmatamento
→

Práticas adotadas pelos bancos para análise de risco socioambiental em operações de crédito



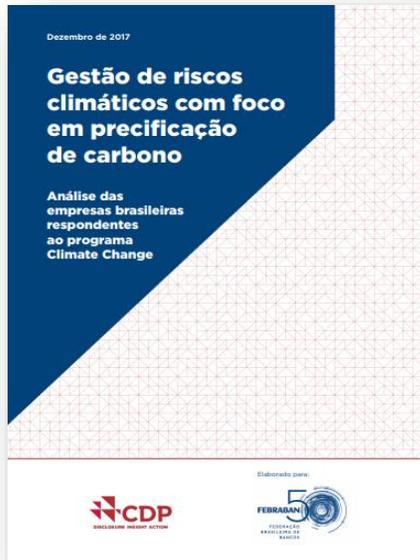
Bases de dados e ferramentas



Identificação das principais bases de dados oficiais e ferramentas disponíveis e cruzamento com os elementos analisados

Impactos da precificação do carbono

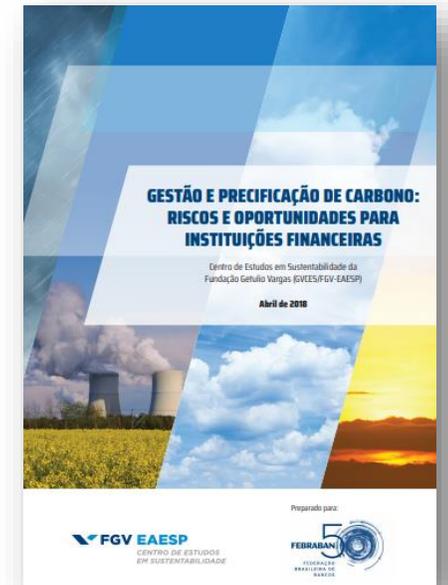
Como bancos e empresas têm se preparado para a precificação de carbono?



Respostas de 71 empresas brasileiras ao Programa CDP Climate Change e de uma subamostra de 20 empresas, que publicaram inventário de emissões de gases de efeito estufa nos últimos três anos

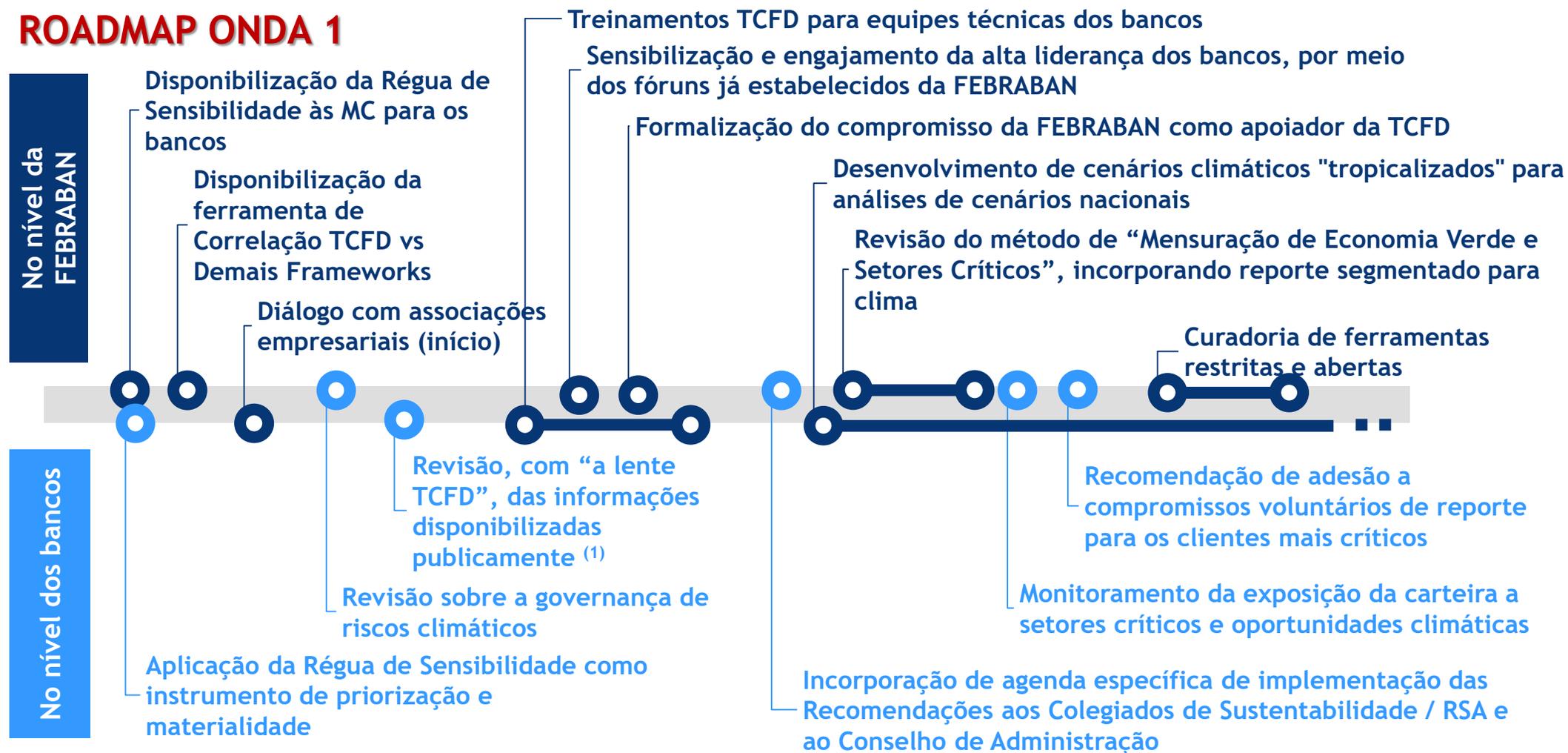
Análise de práticas adotadas por bancos líderes no tema

Simulação dos impactos da precificação nos setores mais sensíveis e presentes no portfólio de crédito PJ dos bancos em 2015



Gestão de riscos climáticos - Roadmap para implantação TCFD/FSB

ROADMAP ONDA 1



(1) Após esta revisão inicial, espera-se que ela seja repetida periodicamente, acompanhando os avanços dos bancos.

Apoio ao Cadastro Ambiental Rural

Objetivos do projeto (2015/17)

- Acelerar a implementação, com qualidade, do CAR
- Quantificar o passivo ambiental
- Espacializar o potencial para reflorestamento
- Facilitar a elaboração de estratégias de exploração do espaço rural

Escopo: os 4.069 municípios da Mata Atlântica e Cerrado

Instituição executora:  fbds

Intervenientes: MMA e Embrapa

Parceria estratégica e financeira:

- FEBRABAN
- IBÁ
- UNICA
- SRB
- ABAG
- AGROICONE
- FENASEG
- INSTITUTO AÇO BRASIL

Financiamento do setor privado:
R\$ 6,4 M

O CAR é base de dados fundamental para análise das operações de financiamento rural

Títulos Verdes no Brasil

Guia para Emissão de Títulos Verdes publicado em 2016

○ Referências

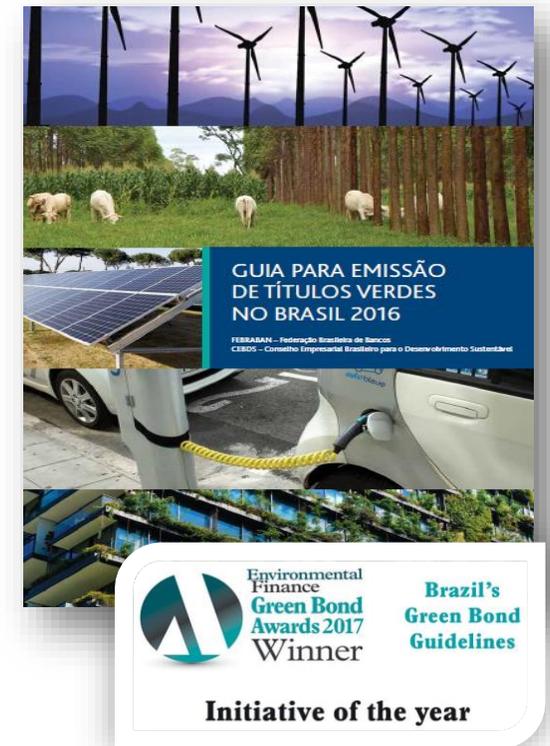
- Green Bond Principles 2016
- Climate Bonds Initiative (CBI)
- Banco Mundial
- International Finance Corporation (IFC)

○ Público-alvo: empresas, instituições financeiras, investidores, empresas de consultoria e auditoria

Emissões por empresas no Brasil até 2018

- Emissões nacionais: R\$ 2,3 bi
- Emissões internacionais: US\$ 3,5 bi

Potencial: 1.700 investidores signatários dos Princípios do Investimento Responsável (PRI) representam US\$ 72 trilhões em ativos geridos



O MME solicitou proposta de regulação para o Renovabio/CBIO

- ANBIMA, B3 e FEBRABAN optaram por realizar um trabalho em conjunto
- Promoveram uma concorrência e contrataram o Instituto Escolhas para realizar os estudos



Constituiu e coordenou um Grupo com diferentes expertises para participar dos estudos



O MME solicitou proposta de regulação para o Renovabio/CBIO

Relatório final entregue ao MME, Ministério da Economia e Banco Central

- O trabalho realizado avaliou os principais pontos do RenovaBio, a partir da qualificação do produtor/importador para emitir CBIOs
- Explicitou as premissas adotadas pelo MME para a definição da meta contidas no Modelo de Simulação Dinâmico, documento oficial de gestão do Programa
- Avaliou e indicou a natureza jurídica do CBIO e as condições necessárias para a participação do Sistema Financeiro
- Sugeriu texto de regulação para a ANP (lastro ambiental e comercial do CBIO) e Banco Central (CBIO como ativo financeiro)
- Ponderou sobre:
 - a potencialidade dos mercados primário e secundário deste instrumento financeiro
 - os desafios de se fungir o CBIO com outros mercados de carbono internacionais e eventual e futuro mercado nacional

Financiamento da energia solar fotovoltaica

Mercados

Pequenas e médias empresas

Construção de mini usinas - investimentos acima de R\$ 15 MM

Geração compartilhada - investimentos de até R\$ 5 MM

Consumo direto ou auto consumo remoto - investimento de até R\$500 M



Pessoa Física

Consumo direto ou geração compartilhada - investimento de até R\$ 50 M

Desenvolvido e implantado novo modelo de análise integrando o risco técnico do projeto e o risco de crédito do cliente

Financiamento para a recomposição florestal

Realizadas 88 simulações considerando diferentes métodos de restauro em APPs e RL, em grandes e médias propriedades em SP, MT e PR, que tem como atividade principal a produção de soja, cana e pecuária

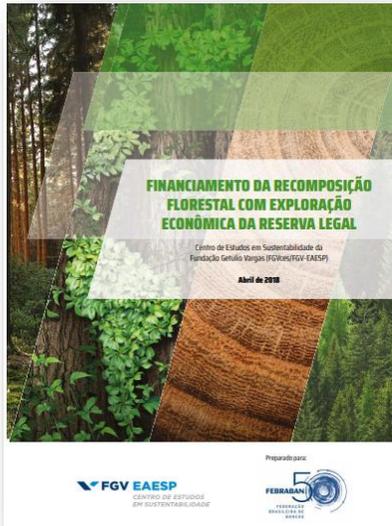
Principais conclusões

Existem modelos viáveis: em mais de 70% das simulações o financiamento comprometeria no máximo 10% da rentabilidade da propriedade rural

Dentre os casos avaliados, **melhores resultados encontrados para produtores de soja e cana-de-açúcar e financiamento de custeio**

Fatores chave para o sucesso

- Desenvolvimento de **cadeia de valor local** para os produtos florestais explorados
- Incentivo ao aumento da **produtividade na atividade principal**
- **Assistência técnica** no campo
- Estruturar “cesta” de recursos para financiamento (privados + fundos climáticos) e novos modelos de garantias
- **Enforcement** do Código Florestal



Treinamento em sustentabilidade para bancários

Estruturar e disseminar conteúdos educativos e orientadores para os bancos sobre conceitos de sustentabilidade, gestão de riscos ambientais, climáticos e sociais
Disseminar as pesquisas e iniciativas da CRSS - FEBRABAN

Público alvo	Formato
Não especializado: Produtos, Negócios, Comunicação, Marketing, Crédito Rural/Agronegócio, Risco de Crédito, Risco Integrado, dentre outros	<ul style="list-style-type: none">EAD em formato diversificado
Especializado: profissionais das áreas de Risco Socioambiental, Sustentabilidade e outras áreas, que tratam diretamente do tema	<ul style="list-style-type: none">EAD em formato diversificadoPresencial
Lideranças	<ul style="list-style-type: none">Vídeos de entrevistas, iniciativas a definir

Parceiros e consultorias contratadas



Grupo de Trabalho (19 membros de 11 instituições)

- Sustentabilidade
- Risco Socioambiental
- Educação/Treinamento/Desenvolvimento/Capacitação

Programa de Valorização da Diversidade

Censo da Diversidade

3ª Edição

Pesquisa sobre:

gênero, raça, PCDs, idade, carreira, escolaridade, capacitação profissional, renda e orientação sexual no setor bancário

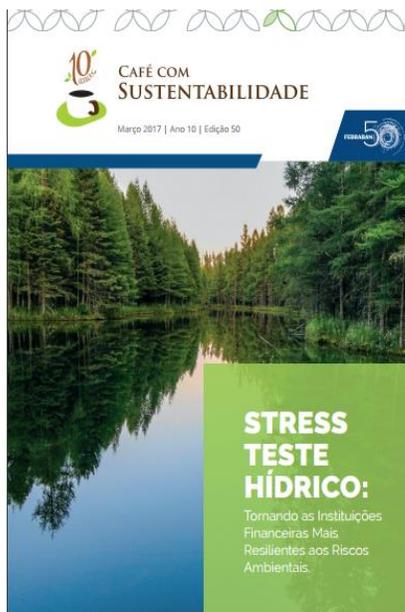
Edição	Bancos	Respondentes	%
2008	17	204.133	49,9
2014	18	187.411	40,8
2019	39	?	?

Para que?

Status da diversidade nos bancos
Posicionamento via a vis outros setores econômicos
Plano de ação para corrigir gaps
Transparência e consolidação de políticas bancárias

Café com Sustentabilidade

12 anos de história - 56 temas abordados - mais de 175 palestrantes
3.208 participantes



Publicações disponíveis em: cafecom sustentabilidade.febraban.org.br/